

Angelo Passos

Jornalista, escreve às sextas-feiras neste espaço

/// Anúncio de estudos de estímulos à economia visa a dispersar o foco da atenção na Operação Lava Jato, cujos efeitos podem afetar obras importantes

Discurso para distrair

Enquanto comanda manobras no Congresso para aprovar o vergonhoso projeto que o exime de fazer superávit primário neste ano, o governo promete estímulos à iniciativa privada. É uma incoerência. A economia não marcha firme em país que tem contas públicas em frangalhos. Falta confiança para investir.

O aceno do Planalto, rotulado de agenda positiva, chega antes da definição dos rumos da política econômica e dos nomes que no próximo mandato presidencial estarão à frente de ministérios-chave, como Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Agricultura. É um improviso retórico, de baixíssimo nível criativo, mas ardiloso, entoadado no contexto da repercussão da Operação Lava Jato. O objetivo é tirar um pouco o foco da atenção sobre esse escândalo, que pode se tornar mais um entrave ao crescimento, por três efeitos: dificultar



o financiamento de projetos via debêntures, reduzir o ritmo de obras da Petrobras e tornar investidores ainda mais ariscos em relação a negócios no Brasil.

A criação de grupos de trabalho para costurar a tal agenda positiva até o início de dezembro, conforme propagandeia a Casa Civil, é clara herança de autoritarismo desta para a gestão vindoura. Portanto, um sinal ruim. Nos últimos quatro anos, o intervencionismo teve forte influência no fracasso da economia e no desgaste da credibilidade do governo.

Não é necessário grupo de trabalho para definir medidas visando à retomada do crescimento. A pauta é antiga. Vem sendo reivindicada há décadas pelo setor privado. Trata-se de reformas tributária e das relações de trabalho, ampliação de investimentos em infraes-

trutura, diminuição da burocracia, modificações legislativas que eliminem inseguranças jurídicas, reformulação da política comercial, redução da taxa básica de juros e respeito ao tripé do Plano Real – flutuação do câmbio e cumprimento de metas fiscal e de inflação.

Até quando o país vai esperar por esse cardápio? A perda de competitividade vai se acentuando.

Evandro Milet

É empresário e escreve às sextas-feiras, quinzenalmente, neste espaço

/// Figuras burocráticas como os grupos de trabalho e os comitês são alvo permanente de chacota, assim como as longas discussões sobre desvios de função

Folclore corporativo

Um leão novo chegou ao zoológico da cidade e foi colocado na mesma jaula do leão velho. Durante as visitas o leão novo rugia imponente atraindo o público enquanto o leão velho dormia cansado em um canto. Na hora do almoço o leão velho recebia do tratador um suculento pedaço de carne enquanto o leão novo, revoltado, tinha que se contentar com um cacho de bananas. A cena se repetiu algumas vezes até que, inconformado, o leão novo questionou o tratador, que explicou: “Quando você entrou aqui só havia vaga para um leão e aí tivemos de classificá-lo como macaco”.

Essa história me lembra longas discussões sobre desvios de função e quadro de vagas limitado numa longa série de imbróglios burocráticos que acontecem em órgãos públicos. Outras figuras burocráticas como os grupos de trabalho e os comitês são alvo permanente de chacota, como naquela máxima de que um camelo é um cavalo que foi projetado por um comitê.

Alguns observadores da vida das empresas colocaram na forma de leis algumas verdades com as quais nos acostumamos a conviver, muitas vezes sem perceber. A Lei de Parkinson, por exemplo, diz que “o trabalho se expande para preencher o

tempo disponível para ser concluído”. Outra define as seis fases de um projeto: entusiasmo, desilusão, pânico, busca dos culpados, punição dos inocentes e promoção dos não participantes. O grande Millôr Fernandes dá sua contribuição quando fala de certas pessoas: “Chegou ao limite da própria ignorância. Não obstante, prosseguiu”. Ou quando diz que “errar é humano. Botar a culpa nos outros também”. Essa tem uma variante: “Se numa situação tensa o responsável estiver tranquilo é porque já achou em quem colocar a culpa”.

O engenheiro Isu Fang construiu um conjunto de leis impagáveis: 1) Em qualquer campo da atividade humana, o homem sempre fará aquilo que sabe, e não o que deve ser feito. 2) Se o último minuto não existisse metade das coisas não seriam feitas. 3) Quando numa reunião alguém apresenta um documento como subsídio para a discussão de um problema, passa-se automaticamente a discutir o documento e ignorar o problema. 4) Quando três soluções alternativas para um mesmo problema são apresentadas e uma delas pode ser caracterizada como intermediária, ela será adotada, independentemente de seu mérito. 5) Se você tiver uma boa solução, você está arriscado a ganhar um problema. Corolário: se você lembrar que um problema existe, você provavelmente será encarregado de resolvê-lo. Ou como dizia Neném Prancha, filósofo do futebol: “Quem desloca recebe, quem pede tem preferência”.

Quem pode contestar essas leis?

João Luiz Tovar

É empresário

/// Estudo mostrado em reportagem de A GAZETA é mais eficaz para se diminuir os engarrafamentos

Uma solução mais simples para a Terceira Ponte

Foi noticiado que o comitê formado por representantes de vários órgãos ligados a transporte e liderado pelo Ministério Público estadual estuda a implantação da faixa reversível na Terceira Ponte, objetivando desafogar o trânsito na via. Segundo um dos seus representantes, a providência se faz necessária em razão do aumento expressivo do número de veículos após a suspensão do pedágio, em mais de 500 mil veículos por mês.

O que nos surpreende é a não adoção por esse grupo de contingência de um estudo, também divulgado em A GAZETA, apresentado por um engenheiro civil com experiência em mobilidade metropolitana. Ele apresenta uma solução de relação custo-benefício amplamente viável que faz com que a ponte passe a contar com seis faixas de tráfego. As obras necessárias, relativamente simples, seriam realizadas em duas etapas: na primeira

seria criada a quinta faixa, retirando-se a mureta central em concreto, “limpando” a ponte no seu eixo central; a segunda etapa consistiria em retirar as laterais (também em concreto) substituindo-as por uma grade resistente de aço.

O tabuleiro da ponte, com 18,6 metros livres, viabiliza a implantação das seis faixas de tráfego. Registra-se que solução semelhante foi adotada na Ponte Rio-Niterói, passando aquela ponte a contar com oito faixas de tráfego; anteriormente eram seis. Será que é tão difícil adotar essa solução de seis faixas na Terceira Ponte?

Hoje a qualquer hora do dia, o tráfego na ponte é intenso; e nos dois sentidos. A solução da faixa reversível, se adotada, vai causar um grande engarra-

famento no sentido contrário, contando com apenas uma faixa. Imaginemos se a faixa reversível for implantada e ocorrer um acidente, ou uma simples pane mecânica em um veículo que esteja trafegando na faixa única, em sentido contrário; a remoção desse veículo será muito mais complexa, com enormes transtornos ao trânsito.

Espero que o comitê reestude o assunto e analise melhor a solução proposta para implantação das seis faixas de tráfego na Terceira Ponte, e não a adoção da faixa reversível. As Prefeituras de Vitória e Vila Velha também devem promover melhorias nos acessos à ponte. A população agradecerá se essas providências forem tomadas e rapidamente implementadas.